



ATA DA OCTOGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU – REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2023, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 47.865.597/0001-09 E NIRE Nº 3530003189-0.

Aos três dias do mês de abril de 2023, reuniram-se: Iêda Aparecida Patrício Novais (Coordenadora do Comitê), Luiz Carlos Nannini (Membro do Comitê), José Antônio Basílio (Membro do Comitê) e os convidados: Silvio Bruno Boimel (Superintendente de Finanças), Rosangela Paulino da Silva (Gerente de Contabilidade), Sr. Adinan Piolli (Superintendente de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno), Sr. Marcelo Luciano dos Santos Bilibio (Gerente Gestão de Riscos e Controle Interno), Viviane Fekete Ambrozio (Superintendente de Sistemas e Informação), pela KPMG Sra. Juliana Braqa, Sr. Iqor Silva, e Sr. Laercio Lucinda, pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes, Sr. Luiz Claudio Dias Simões (Auditor), Sr. Marcus Vinicius Vieira Carvalho (Auditor de TI); Sra. Eliane Resmini (Sócia), Maurício Akhnaton Dorini (Líder da Auditoria Interna), Edivaldo Marinho de Oliveira e Dauton Emerson de Mello (Gerente do Societário) para secretariar a sessão.

Ordem do dia: 1) *Status das Demonstrações Financeiras de 2022 pela KPMG;* 2) *Relatório de Partes Relacionadas das Demonstrações Financeiras de 2022;* 3) *Apresentação do Relatório da Cibersecurity pela Russell;* 4) *Vazamento de dados na Web;* 5) *Aprovação do Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022.*

O Conselho de Administração da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU, em Reunião realizada em 20/10/2021 acolhendo recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário que a divulgação das atas sejam efetivadas apenas por extrato, considerando o notório caráter confidencial dos assuntos tratados no seu âmbito de atuação e de suas reuniões, devendo as atas na íntegra permanecer arquivadas na Companhia, para exame dos órgãos de controle em consonância com os parágrafos 2º a 5º do artigo 86 da Lei Federal nº 13.303/2016.